



Sidney Chalhoub, **Machado de Assis, Historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Estudos de teóricos querem dar sentido histórico à obra do escritor

Machado de Assis, escritor antipaternalista

Texto valoriza primeiras obras do romancista, desprezadas pela crítica.

Livro mostra como ele tinha uma noção aguda sobre seu país, sua época e como atuou em favor da abolição quando funcionário público do Ministério da Agricultura

por Daniel Piza

Um ano que já tinha trazido diversos lançamentos sobre o maior escritor brasileiro tem agora um bom fecho: Machado de Assis, *Historiador*, de Sidney Chalhoub. Professor da Unicamp, o autor traz alguns pontos de vista originais para discussão sobre o conteúdo histórico das obras de Machado de Assis (1839-1908). Embora seu título leve a pensar num ensaio mais abrangente sobre o tema, as análises são bastante consistentes ao partir da tese de que acontecimentos políticos e culturais no Rio de Janeiro dos anos 1850-80 fazem parte importante das tramas e personagens criados por Machado e de sua própria biografia.

Chalhoub utiliza centralmente as interpretações de Roberto Schwarz e John Gledson, mas não custaria nada notar que diversos críticos do passado, como Augusto Meyer e Magalhães Jr., já trataram da ficção de Machado em relação às questões de seu tempo como a escravidão e a passagem da monarquia para a república. Esta última questão, a propósito, é a grande ausente do livro de Chalhoub. Ele menciona o clima de debates intensos da década de 1870, só que se concentra naqueles referentes à integração dos escravos uma vez libertos; poderia ter ido além e traçado ao menos um resumo da polêmica sobre a adoção da república, disparada especialmente ao final da Guerra do Paraguai.

O tema do livro é mais exatamente a abordagem machadiana do que Chalhoub chama de "ideologia senhorial" ou "paternal" vigente no Brasil daquele período. Rompendo um pouco com a divisão usual da obra de Machado em duas fases, antes e depois de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880-81), ele demonstra como os fatos que culminariam na decretação da Lei do Ventre Livre, em 1871, são referidos ou implícitos tanto em obras anteriores ao romance como *Helena* e *Iaiá Garcia* quanto em posteriores como *Dom Casmurro*. Em todos eles há o jogo de disfarces e interesses operado no status quo, em que escravos e dependentes (como os "agregados", o que a família de Machado foi em sua infância) procuram frestas quase darwinistas de sobrevivência.

Chalhoub mostra como *Helena*, engastada nesse contexto de relações paternalistas, é um primeiro ensaio do que viria a ser *Capitu*; valoriza, assim, os primeiros romances de Machado, normalmente menosprezados pela crítica, inclusive a de Schwarz. Mas talvez seja forçada sua tese de que *Capitu*, como manipuladora de Bentinho para que este assumisse seu papel de senhor em relação aos dependentes de sua riqueza, o traiu na condição de representante de uma classe dominada pela ideologia desses mesmos senhores. Há nos livros de Machado várias formas de atuar nesse esquema social, nem todas tão ardilosas e suspeitas como a de *Capitu*. Na verdade, Machado não perdoava ninguém, exceto os escravos, desprovidos de qualquer forma de resistência, e talvez seja esse o grande motivo porque não aparecem em seus livros.

Um fator importante é que Chalhoub não trata a escravidão como se fosse tema central de Machado, e sim por seus reflexos nos comportamentos sociais. "Estácio, Brás Cubas, Bentinho e todos os demais membros dessa galeria (de personagens machadianos) viviam num mundo", escreve Chalhoub, "em que a visibilidade da escravidão permanecia inevitável, mas a ostentação de tal visibilidade seria uma gafe, um pecado, ou quem sabe sobretudo um perigo." Mas uma característica central dessas figuras é o pequeno grau de consciência a respeito dessa realidade

social, tanto é que estão sempre sofrendo ilusões e enganos,"embaçando-se" a s i mesmos. Se há algo em comum aos protagonistas de Machado, é essa vocação para a auto-hipocrisia; representam uma sociedade arcaica, mas acreditam numa eternidade de glórias. Mais que interessado em conflitos sociais, Machado está interessado na miopia humana.

É claro, no entanto, que Machado cria e examina seus personagens num contexto - como dizer? - "pré-capitalista". Dizer "periférico ao capitalismo" é cair na suposição de que ele era uma espécie de crítico social avesso à modernidade. O que Machado criticava, e Chalhoub deixa isso bem claro, era a mentalidade dominante no Brasil de sua época, oligárquica, antidemocrática, baseada no privilégio e no favor, em que o trabalho digno e o espírito coletivo eram sempre postos em segundo plano. Tinha receio da anarquia e truculência republicanas, como seu amigo Joaquim Nabuco, mas jamais deixou de ser favorável a conceitos liberais como o Estado secular e a cidadania universal. O livro de Chalhoub tem o grande mérito de esclarecer melhor esse posicionamento político de Machado ao relatar diversos momentos de sua atividade como funcionário público do Ministério da Agricultura, quando, em oposição àqueles que defendiam a abolição "natural" (pois o tráfico já era proibido desde 1850 e, como morriam mais escravos do que nasciam, a escravidão tenderia a se extinguir) e àqueles que diziam que ela levaria os negros a perder a "proteção e caridade" dos se-nhores (numa típica retórica paternalista que ainda não desapareceu no Brasil de 2003), batalhou pelo cumprimento das leis em favor dos libertos. Num parecer de 1876, nota Chalhoub, Machado soa como um advogado abolicionista em defesa do "espírito da lei".

Em vez do Machado "classicista", indiferente às grandes questões de seu tempo e lugar, "colonizado" pelo modo de vida europeu, mulato docilmente assimilado pelas classes superiores, temos agora a visão ainda mais nítida de um escritor dotado de uma noção muito aguda sobre seu país e sua época - e de um homem antipaternalista por excelência. Isso não significa que sua obra não seja dotada de muitos pontos de vista. Pintá-lo como um ardente desmascarador da elite nacional é fazer aquilo que ele mais detestava: reducionismo.

*Publicado no Estado de São Paulo, domingo, 23/11/2003.